

INVESTCO S.A.
CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2025, a Investco consolidou um desempenho fortemente positivo. Dando sequência às políticas de segurança de barragens consolidadas em 2024, o ano foi marcado por ações e inovações em segurança do trabalho. Com o marco expressivo de 16 anos sem acidentes, reforçamos nosso compromisso com a integridade das operações por meio de um plano robusto e abrangente, incluindo revisão de procedimentos, modernização de equipamentos, ações de campo e programas de conscientização. Esses esforços contribuíram para um ambiente cada vez mais seguro para nossos colaboradores, comunidades e para a sustentabilidade dos resultados da Companhia.

No desempenho operacional, a UHE Lajeado manteve sua trajetória de excelência, alcançando disponibilidade anual de 99,55%, o maior índice desde o início de sua operação comercial, em dezembro de 2001. A confiabilidade operacional, com taxa de falhas zerada pelo segundo ano consecutivo, confirma o elevado padrão da usina, reconhecida entre as melhores do Brasil segundo o ranking Dardo da ANEEL (Declaração de Autoavaliação Regulatória e de Desempenho Operacional).

Mantivemos também as certificações ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e ISO 55001, que atestam a robustez do nosso Sistema de Gestão Integrado. Os selos evidenciam a eficiência na gestão de ativos, o compromisso com a preservação ambiental e o cuidado permanente com a saúde e segurança das pessoas. Durante o ano, nossa atuação ultrapassou a geração de energia e se traduziu em impacto social relevante, com a destinação de mais de R\$ 4,9 milhões a projetos socioambientais, por meio de recursos diretos e incentivados. Apoiamos oito iniciativas nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde, que beneficiaram diretamente mais de 1,8 mil pessoas em Lajeado, Miracema, Porto Nacional e Palmas. Seguimos convictos de que investir na educação para o futuro e na energia do amanhã é essencial para impulsionar a transição energética justa.

De forma geral, 2025 foi marcado por resultados consistentes e desempenho técnico superior ao ano anterior. A INVESTCO reafirma seu compromisso com a operação da UHE Lajeado, sustentando pilares essenciais: excelência operacional, segurança, eficiência, sustentabilidade e responsabilidade social. Reiteramos também o compromisso com todos os stakeholders e o empenho contínuo em garantir altos índices de confiabilidade e fortalecer a segurança em todas as nossas operações.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,50 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,50 MW cada, e uma energia assegurada anual de 479,9 MW.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado") é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2025 a energia bruta gerada foi de 3.313,5 GWh, 27,5% inferior aos 4.571,8 GWh gerados em 2024 devido ao cenário hidrológico desfavorável. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 99,55%, maior valor desde o início da operação comercial em Dez/2021, fechando o mês de dezembro com disponibilidade acumulada de 98,3% (apurada com base nos últimos 60 meses), mantendo o maior patamar histórico do indicador e acima do exigido no Contrato de Concessão, que é de 94,8%. Destaca-se também no ano a permanência da taxa de falha no menor patamar histórico, no valor de 0,0 falhas/ano pelo segundo ano consecutivo.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		2025	2024	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.343.652	1.254.703	7,1%
Patrimônio líquido	R\$ mil	965.507	955.491	1,0%
Dívida líquida	R\$ mil	(192.454)	(153.885)	25,1%
Dívida líquida/Patrimônio líquido	vezes	(0,20)	(0,16)	23,8%
Dívida líquida/EBITDA (12 meses)	vezes	(1,60)	(1,26)	26,8%

RESULTADOS	Unidade	Acumulado		Var. %
		2025	2024	
Receita Líquida	R\$ mil	157.719	160.130	-1,5%
Gastos gerenciais	R\$ mil	(36.269)	(36.944)	-1,8%
Gastos não gerenciais	R\$ mil	(1.024)	(1.098)	-6,7%
EBITDA	R\$ mil	120.426	122.088	-1,4%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	68.475	78.914	-13,2%
Resultado financeiro	R\$ mil	8.973	(10.465)	-185,7%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	77.448	68.449	13,1%
Lucro líquido	R\$ mil	68.436	57.978	18,0%
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/receita líquida)	%	76,4%	76,2%	0,1%
Margem líquida (lucro líquido/receita líquida)	%	43,4%	36,2%	7,2%

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2025	2024	%
Receita operacional líquida	157.719	160.130	-1,5%
Gastos não gerenciais	(1.024)	(1.098)	-6,7%
Energia elétrica comprada para revenda	107	(105)	-201,9%
Encargos de uso da rede elétrica	(1.131)	(993)	13,9%
Margem bruta	156.695	159.032	-1,5%
Gastos gerenciais	(36.269)	(36.944)	-1,8%
Pessoal	(22.272)	(20.233)	10,1%
Materiais	(1.220)	(1.435)	-15,0%
Serviços de terceiros	(11.183)	(13.027)	-14,2%
Arrendamentos e alugueis	(147)	(65)	126,2%
Provisões e contingências	(65)	(312)	-79,2%
Outros gastos gerenciais	(1.382)	(1.872)	-26,2%
EBITDA	120.426	122.088	-1,4%
Margem EBITDA	76,4%	76,2%	0,1%
Depreciação e amortização	(51.951)	(43.174)	20,3%
Depreciação	(37.802)	(35.619)	6,1%
Amortização	(14.149)	(7.555)	87,3%
Resultado do serviço (EBIT)	68.475	78.914	-13,2%
Resultado financeiro líquido	8.973	(10.465)	-185,7%
Receitas financeiras	36.098	26.514	36,1%
Despesas financeiras	(27.125)	(36.979)	-26,6%
LAIR	77.448	68.449	13,1%
Imposto de renda e contribuição social	(9.012)	(10.471)	-13,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.127	4.078	-23,3%
Lucro líquido	68.436	57.978	18,0%

BALANÇO SOCIAL

1 - Base de Cálculo	2025 (R\$ mil)			2024 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)	157.719,0			160.130,0		
Resultado operacional (RO)	68.475,0			78.914,0		
Folha de pagamento bruta (FPB)	16.950,7			17.021,9		
2 - Indicadores Sociais Internos	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.203,4	7,1%	0,8%	1.270,9	7,5%	0,8%
Encargos sociais compulsórios	3.964,0	23,4%	2,5%	3.577,0	21,0%	2,2%
Previdência privada	76,9	0,5%	0,0%	73,1	0,4%	0,0%
Saúde	1.290,6	7,6%	0,8%	1.076,7	6,3%	0,7%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Educação	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Transporte	463,5	2,7%	0,3%	375,7	2,2%	0,2%
Capacitação e desenvolvimento profissional	18,0	0,1%	0,0%	6,7	0,0%	0,0%
Creches ou auxílio-creche	31,7	0,2%	0,0%	39,3	0,2%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	2.171,9	12,8%	1,4%	1.734,8	10,2%	1,1%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros	157,7	0,9%	0,1%	143,5	0,8%	0,1%
Total - Indicadores sociais internos	9.377,8	55,3%	5,9%	8.297,7	48,7%	5,2%
3 - Indicadores Sociais Externos	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	RS mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.106,0	1,6%	0,6%	819,0	0,7%	0,4%
Cultura	1.667,0	2,4%	0,8%	2.812,0	2,4%	1,4%
Saúde e saneamento	595,0	0,9%	0,3%	569,0	0,5%	0,3%
Esporte	1.068,0	1,6%	0,5%	1.406,0	1,2%	0,7%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros	522,0	0,8%	0,3%	703,0	0,6%	0,4%
Total das contribuições para a sociedade	4.958,0	7,2%	2,5%	6.309,0	5,3%	3,2%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total - Indicadores sociais externos	4.958,0	7,2%	2,5%	6.309,0	5,3%	3,2%
4 - Indicadores Ambientais	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	RS mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	8.350,0	7,0%	4,3%	9.178,9	7,7%	4,7%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total dos investimentos em meio ambiente*	8.350,0	7,0%	4,3%	9.178,9	7,7%	4,7%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 157,7 milhões em 2025, decréscimo de 1,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução de R\$ 2,4 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está incluída a remuneração dos custos operacionais.

Os **Gastos Não Gerenciais** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 1,0 milhões em 2025, R\$ 74 mil menor que o período anterior.

O **Total de PMSO** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 36,3 milhões no ano de 2025, representando redução de 1,8% em relação ao ano de 2024.

No ano de 2025 o **EBITDA** alcançou R\$ 120,4 milhões, 1,4% inferior ao alcançado no ano de 2024, devido, principalmente, à menor receita de arrendamento do período.

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 52,0 milhões, 20,3% superior aos R\$ 43,2 milhões do período comparativo, devido, principalmente, a amortização da licença de operação.

O **Resultado Financeiro líquido**: Totalizou R\$ 9,0 milhões, com variação de 19,4 milhões, 185,7% superior ao ano de 2024, sendo os principais impactos entre os períodos: (i) maior rendimento de aplicação financeira devido ao maior CDI e saldo de caixa médio, (ii) menor despesa de atualização financeira da UBP devido ao deflacionamento do IGPM e (iii) redução das dívidas, as quais, referem-se aos dividendos intermediários e complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais das Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia.

O **Imposto de Renda e Contribuição Social** em 2025 foi negativo em R\$ 9,0 milhões, 13,9% inferior ao ano de 2024.

No ano de 2025 a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 68,4 milhões, 18,0% em relação ao mesmo período do ano passado, decorrente dos efeitos explicados anteriormente.

INVESTIMENTOS

Os Investimentos no ano de 2025 totalizaram R\$ 96,7 milhões, 230,1% acima do ano passado, sendo a principal variação decorrente do ingresso da nova licença ambiental para os próximos dez anos.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	2025	2024	var.%
(+) Dívida bruta	113.360	107.933	5,0%
(-) Disponibilidades	(305.814)	(261.818)	16,8%
(=) Dívida líquida	(192.454)	(153.885)	25,1%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 113,4 milhões em 31 de dezembro de 2025, 5,0% superior ao ano de 2024, composta principalmente pelas ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, que de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo de 3% sobre o valor de sua respectiva participação do capital social.

A **Dívida Líquida**, foi negativa no montante de R\$ 192,4 milhões em 31 de dezembro de 2025, aumento de 25,1% em relação ao ano de 2024.

MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Baseado na Norma ISO 14001, o Sistema de Gestão Ambiental da Investco orienta com processos e procedimentos padronizados que são executados por equipes de cada unidade, com o apoio das áreas de Meio Ambiente Corporativo e de Sustentabilidade, capacitados nessa gestão. A UHE Lajeado manteve durante o ano de 2025 a certificação nas quatro normas: ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e ISO 55001.

A Investco atua de maneira preventiva, investindo continuamente em práticas e tecnologias que minimizem os impactos das atividades, além de elaborar e aplicar procedimentos para atendimento às emergências ambientais.

Em 2025, foram aportados mais de R\$ 8,3 milhões entre gastos e investimentos voltados à proteção ambiental.

Além disso, a empresa investiu mais de R\$ 4,9 milhões em projetos de impacto social, tanto de forma direta como por meio de recursos oriundos das leis de incentivo. As áreas da educação, esporte, cultura, saúde, geração de trabalho e renda e desenvolvimento local foram beneficiadas por esses investimentos.

CANAIS DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Central de Atendimento: Para promover o diálogo constante com as comunidades do entorno do reservatório, além dos atendimentos formais e presenciais, a Investco mantém uma Central de Atendimento com serviço de ligação gratuita, pelo número **0800 646 3443**. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com a recepção que remeterá as dúvidas aos técnicos e analistas para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente, e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos.

Site: Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. Além das principais informações sobre a empresa estarem no site, no botão "Contatos" os visitantes conseguem enviar mensagens que serão atendidas pelas áreas competentes.

Publicações em Jornais e Diário Oficial: Por meio dos veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, promovendo a divulgação de informações de interesse de diversos públicos.

Comerciais via rádio: Outro canal que atinge grande parte da população é o rádio. Quando necessário, a Investco veicula comerciais em rádios locais para divulgar mensagens com foco institucional e informativo, com temas pontuais como a realização de simulados voltados à segurança da barragem, sobre os locais e limites de segurança da área operacional da Usina onde o acesso não é permitido, entre outros.

Informações por aplicativos de mensagens e redes sociais: Por meio de aplicativos de envio de mensagens, divulgamos, quando necessário e de forma pontual, informações relevantes para a comunidade, tais como comunicados sobre elevação do nível do rio abaixo da usina, início e fim da temporada de praias no rio Tocantins etc. Além disso, essas informações são enviadas às instituições parceiras que as divulgam em suas redes sociais.

Visitas à Usina: Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone ou e-mail, a Investco recebe grupos de visitantes na usina. Acompanhados por técnicos da Investco, os visitantes assistem a vídeos que demonstram o funcionamento da Usina e as orientações de segurança para a visita guiada. Os visitantes ainda participam de uma palestra sobre a empresa e veem de perto as instalações da UHE. Anualmente, cerca de duas mil pessoas de diferentes locais do país, visitam à Usina.

Eventos externos: A fim de promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas sustentáveis, a Investco apoia eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes e espectadores conhecerem as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Programa EDP nas Escolas: Em parceria com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Juscelino Kubtschek, de Lajeado, e a Escola Municipal Francisco Martins Noleto, de Miracema, o programa investe em ações que contribuem para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Foram beneficiados 679 alunos.

Projeto Sonho, Luz e Raiz: Implementação de um sistema de geração solar em um viveiro de mudas administrado pela Associação Aliar.

O programa prevê ganhos em eficiência na produção das hortaliças a partir do sistema UFV, democratizando o acesso à energia limpa e utilizando a geração de energia para potencializar o impacto social de uma instituição.

Cidade Limpa: A iniciativa promove a cultura de reciclagem no município de Lajeado, a partir da instalação de um Ecoponto na cidade e de um sistema de remuneração direta para os moradores que entregarem os resíduos separados no local.

O projeto foi responsável pela coleta de mais 129 toneladas de recicláveis e gerou mais de R\$ 230 mil em renda, distribuída para 224 "recicladores". O projeto ainda contempla atividades de Educação Ambiental com a população, com palestras realizadas especialmente nas escolas de Lajeado.

Artesanato Sustentável: Executado pela Associação das Mulheres Artesãs e Empreendedoras, o projeto prevê uma destinação criativa para resíduos recicláveis, com peças de artesanato produzidas e comercializadas a partir do lixo coletado em oficinas realizadas semanalmente com 20 idosos. Ao todo, o projeto já foi responsável pela geração de mais de R\$ 25 mil em vendas - recurso esse revertido para os idosos artesãos.

Projeto Aprender e Crescer: Desenvolvido pela Associação Atlético Atenas, beneficiou 135 crianças e adolescentes com idade entre 7 e 17 anos, moradores de Palmas, Miracema, Peixe e Lajeado, no Tocantins. O projeto mantém o propósito da formação integral dos alunos atendidos, utilizando o futebol para o desenvolvimento de competências sociais e motoras e promovendo atividades de cultura e educação para complemento à educação base.

Futebol de Rua: Projeto executado pelo Instituto Futebol de Rua em âmbito nacional, com um núcleo localizado em Porto Nacional - TO, atendendo 120 crianças em situação de vulnerabilidade social através da implementação de atividades esportivas no contraturno escolar, visando melhorar as condições de aprendizado, cidadania e formação de valores.

Outros investimentos: Projeto Transborda, Restauro do Convento do Carmo, Programa Reforça.

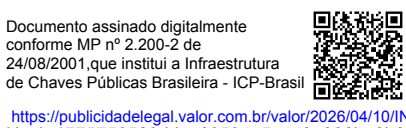
AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2025. A PwC não é responsável pela auditoria de valores de energia medida, clientes e outras informações quantitativas não financeiras.

Em 2025, a PwC e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 10/04/2026
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/04/10/INVESTCO1588690310042026.pdf>
Hash: 177575620ddec60594a5c443e806be8b811e775d0

Investco S.A.						
→ continuação						
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
2025			2024			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
11,4			11,4			
Número total de acidentes de trabalho						
0			0			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:						
() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:						
(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:						
() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:						
() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:						
() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:						
() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:						
() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no Procon, na Justiça)						
NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na Justiça:
NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:						
na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na Justiça:
NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):			144.537,00		143.082,00	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):			governo: 23% acionistas: 33% colaboradores: 13% retido: 18% terceiros: 13%		governo: 21% acionistas: 29% colaboradores: 13% retido: 12% terceiros: 26%	

7 - Outras Informações
N/A - Não Aplicável.

*Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção
**Nota: A consolidação do indicador foi alterada para refletir a definição do IBGE da categoria como a somatória de pessoas pretas e pardas

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)				PASSIVO			
ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	305.814	261.818	Fornecedores	16	4.330	3.367
Concessionárias	5	884	816	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	11.906	10.086
Rendas a receber	6	13.415	13.714	Outros tributos a recolher	7	2.053	9.975
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	11.944	8.229	Dividendos	17	43.420	37.581
Outros tributos compensáveis	7	8.597	12.143	Benefícios pós-emprego	19	93	80
Estoques	11	8.362	8.397	Uso do bem público	20	8.309	8.274
Prêmio de risco - GSF	12	48	48	Provisões	21	17.448	9.705
Outros créditos	13	1.108	927	Outras contas a pagar	13	4.209	3.407
Total do Ativo Circulante		350.172	306.092	Total do Passivo Circulante		91.768	82.475
Não circulante				Não circulante			
Depósitos vinculados	21	5.169	4.732	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	101.454	97.847
Prêmio de risco - GSF	12	108	156	Outros Tributos diferidos	8	53	30
Outros créditos	13	388	430	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	18.977	21.982
		5.665	5.318	Benefícios pós-emprego	19	1.319	1.459
Imobilizado	14	862.171	892.898	Uso do bem público	20	55.383	60.633
Intangível	15	125.644	50.395	Provisões	21	106.053	32.389
		987.815	943.293	Outras contas a pagar	13	3.138	2.397
Total do Ativo Não circulante		993.480	948.611	Total do Passivo Não circulante		286.377	216.737
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	22.1	804.459	804.459
				Reservas de capital	22.3	14.473	14.473
				Reservas de lucros	22.3	145.715	135.936
				Outros resultados abrangentes	22.4	860	623
				Total do Patrimônio líquido		965.507	955.491
TOTAL DO ATIVO		1.343.652	1.254.703	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.343.652	1.254.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)			
	Nota	2025	2024
Receitas	23	157.719	160.130
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	24		
Custo do serviço de energia elétrica		(1.024)	(1.098)
Custo de operação		(77.221)	(70.683)
		(78.245)	(71.781)
		79.474	88.349
Lucro bruto			
Despesas e Receitas operacionais	24		
Despesas gerais e administrativas		(10.921)	(9.246)
Outras despesas e receitas operacionais		(78)	(189)
		(10.999)	(9.435)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		68.475	78.914
Resultado financeiro	25		
Receitas financeiras		36.098	26.514
Despesas financeiras		(27.125)	(36.979)
		8.973	(10.465)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		77.448	68.449
Tributos sobre o lucro	26		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(12.139)	(14.549)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.127	4.078
		(9.012)	(10.471)
Lucro líquido do exercício		68.436	57.978
Resultado por ação atribuível aos acionistas	27		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,12388	0,10398
PNR		0,01223	0,01223
PNA		0,12388	0,10398
PNB		0,03669	0,03669
PNC		0,12388	0,10398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
	2025	2024	
Lucro líquido do exercício	68.436	57.978	
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	359	(91)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(122)	31	
	237	(60)	
Resultado abrangente do exercício	68.673	57.918	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)						
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	804.459	14.473	150.826	683	-	970.441
Reserva de retenção de lucros			9.815			9.815
Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2024			(41.783)			(41.783)
Lucro líquido do exercício					57.978	57.978
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			2.899			2.899
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 23/12/2024			(40.900)	(40.900)		(81.800)
Dividendos propostos			(14.179)			(14.179)
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			(91)	(91)		(182)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			31	31		62
Saldos em 31 de dezembro de 2024	804.459	14.473	135.936	623	-	955.491
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	804.459	14.473	135.936	623	-	955.491
Reserva de retenção de lucros			3.330			3.330
Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2025			(14.179)			(14.179)
Lucro líquido do exercício					68.436	68.436
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			3.422			3.422
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 22/12/2025			(47.808)	(47.808)		(44.386)
Lucro do exercício a deliberar			17.206			17.206
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			359	359		718
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(122)	(122)		60
Saldos em 31 de dezembro de 2025	804.459	14.473	145.715	860	-	965.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 005/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão
A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MWm, representando uma potência total instalada de 902,5MWm, uma potência assegurada de 823,3MWm e uma garantia física de 479,9MW.

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035, o que representa um acréscimo de 980 dias.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado, que tem como consociada líder a Investco.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48MW e 2.877.660MWh/ano até o prazo final do contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais têm compromissos. Foi aprovado o oitavo termo aditivo ao contrato de concessão, com objetivo de adequar a energia assegurada que passará a ser de 3.836.880MWh/ano, após a revisão da garantia física através da Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receta auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

1.1.1 Uso do bem público
A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 37º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$8.582 corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$63.692 (R\$68.907 em 31 de dezembro de 2024). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000, nº 14.120/2021 e nº 15.103/2025, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE. A partir de 1º de janeiro de 2026, aplica-se a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025 (Nota 3.2).

2 Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. A Administração entende que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
O Conselho da Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2026.
2.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
2.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exato: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 28.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.
2.4 Uso de estimativas e julgamentos
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a impressões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.7); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 13.1); Determinação da receita com arrendamento (Notas 6 e 23); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 14 e 15); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 21.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 21.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 28.1.2.1).
2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
	2025	2024	
Geração do valor adicionado	182.685	186.759	
Receita operacional	174.227	176.929	
Receita relativa à construção de ativos próprios	8.471	9.706	
Outras receitas	(13)	124	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(24.165)	(28.470)	
Custos da energia comprada	113	(121)	
Encargos de uso da rede elétrica	(1.241)	(1.088)	
Materiais	(6.253)	(6.921)	
Serviços de terceiros	(15.470)	(18.007)	
Outros custos operacionais	(1.314)	(2.333)	
Valor adicionado bruto	158.520	158.289	
Retenções			
Depreciações e amortizações	(51.951)	(43.174)	
Valor adicionado líquido produzido	106.569	115.115	
Valor adicionado recebido em transferência			

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.6 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios considerando um segmento de exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). Em 2025 este segmento concentrou 93% da receita operacional bruta.

2.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Os ativos não financeiros são revisados anualmente ou com maior periodicidade, se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável na Companhia.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

2.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

2.8.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar. O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica IPCO 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBI0) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBI0)	O objetivo da IFRS 18 é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtotais obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	Não há	Orientação	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.8.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou <i>joint ventures</i> , visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro.	IFRS 9 e IFRS 7	Divulgação	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da IFRS 18 é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtotais obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IAS 1	Norma	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	Divulgação	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos do exercício

3.1 Reforma Tributária sobre o Consumo

A Lei Complementar nº 214/2025 e 227/2026 regulamentaram a emenda constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. A Reforma Tributária sobre o Consumo extinguiu, de forma gradativa, a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com a substituição pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e do Imposto Seletivo - IS, ambos de competência da União Federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação desse novo modelo ocorrerá de forma gradual, em etapas sucessivas no período de 2026 a 2033.

O início da transição ocorrerá em 2026 (período teste), com a aplicação das alíquotas de referência de 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, conforme previsto na Lei Complementar nº 214/2025 e exigência de emissão da Nota Fiscal conforme o novo padrão de XML. Nessa primeira fase, haverá a dispensa do efetivo recolhimento, condicionada ao cumprimento de obrigações acessórias ainda a serem definidas. Caso recolhidos, os valores serão compensados com PIS/COFINS devidos no período ou outros tributos federais, ou serão ressarcidos caso não possam ser utilizados para compensação. Em 2027, ocorrerá a extinção de PIS/COFINS, com substituição pela CBS, e o IPI terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto nos casos de produtos com similar produzido na Zona Franca de Manaus.

Entre 2029 e 2032, será iniciada uma fase de transição mais gradual no âmbito subnacional, com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a majoração correspondente do IBS, em um sistema de convivência. A transferência será faseada, com a redução de 10%, 20%, 30% e 40% das alíquotas de ICMS e ISSQN, paralelamente a uma alíquota IBS estadual e outra municipal correspondente a essa redução (sendo certo que o IBS incidirá tanto sobre mercadorias quanto serviços, indiscriminadamente).

Por fim, em 2033, ocorrerá a consolidação definitiva do novo sistema tributário, com a extinção integral do ICMS e do ISSQN no modelo atual e a plena vigência do novo sistema de tributação do consumo.

A reforma tem como propósito simplificar o sistema tributário brasileiro, com fundamento na tributação no destino, na não cumulatividade plena, na unificação da legislação em âmbito nacional e na gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição ao atual mosaico de regras.

Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade com o novo regime tributário a partir de 01 de janeiro de 2026, a sociedade havia implementado:

(i) Revisão dos cadastros de produtos e de serviços em conformidade com a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS, o Código de Situação Tributária - CST e o Código de Classificação Tributária - eClassTrib, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025, do Informe Técnico 2025.002, das tabelas vigentes de NCM e NBS; (ii) Adequação dos ERPs e softwares fiscais às especificações da Nota Técnica 2025.001, da Nota Técnica 2025.002, da Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 004 e demais normativos aplicáveis; e (iii) Validação de XMLs com o novo leiaute padrão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Durante 2026, o Grupo EDP concentrará esforços na identificação dos pontos focais das áreas envolvidas, implantação dos planos de ação prioritários, e na revisão de contratos e políticas fiscais, assegurando que toda a organização esteja pronta para operar com segurança e eficiência no novo ambiente tributário.

Ao longo da fase de transição, as entidades deverão avaliar os efeitos sobre a mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, incluindo a recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS à luz do novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a revisão dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades precisarão analisar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime anterior, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou, se for o caso, o reconhecimento de eventual perda de direito creditório.

O CFO e o CPC estão em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis decorrentes da reforma, sem que haja, até o momento, manifestação formal. Nesse ínterim, as entidades devem acompanhar os possíveis efeitos sobre suas demonstrações financeiras e divulgar, nas notas explicativas, as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

3.2 REN nº 1.135 de 14 de outubro de 2025

Em 14 de outubro de 2025, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025, que alterou o Submódulo 5.6 do Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), atualizando o percentual de aplicação e o prazo dos investimentos em P&D, conforme disposto na Lei nº 9.991/2000. Com essa atualização, encerra-se, em 31 de dezembro de 2025, a vigência do recolhimento à CDE de parte do recurso destinado ao Programa de P&D regulado pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2026, o percentual da ROL aplicado em P&D passa a ser padronizado e fixo, substituindo a faixa variável anteriormente vigente. Para a Companhia, o P&D passa de 0,28% para 0,40%.

3.3 LO nº 1.738/2025 de 2 de dezembro de 2025

Em 2 de dezembro de 2025, foi publicada a Licença de Operação (LO) nº 1.738/2025, a qual substitui e renova a Licença de Operação anteriormente vigente, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com prazo de validade de 10 anos, contado a partir da data de sua emissão, conforme demonstrado na nota 21.2.

3.4 Repactuação UBP - MP nº 1.300/25 convertida na Lei nº 15.235/25

A lei trata da Tarifa Social de Energia Elétrica, implementando o programa Luz do Povo, que garante isenção ou desconto na conta de luz para famílias de baixa renda, com gratuidade total para consumo de até 80 kWh/mês para inscritos no CadÚnico e BPC, além de expandir a cobertura para famílias com renda per capita de até 1 salário mínimo (até 120 kWh/mês) a partir de 2026, custeado pela CDE e visando reduzir desigualdades.

A implementação deste programa da Tarifa Social de Energia Elétrica prevê um mecanismo de repactuação dos pagamentos pelo Uso do Bem Público (UBP) no setor elétrico.

A criação deste mecanismo visa a repactuação de dívidas de geradoras hidrelétricas relacionadas aos pagamentos de UBP, que é o valor de referência para a indenização por ativos de geração não amortizados. Isso permite que empresas do setor renegociem seus compromissos financeiros e busquem condições de pagamento mais sustentáveis.

Serão elegíveis à repactuação as Usinas Hidrelétricas - UHEs licitadas nos termos da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, outorgadas mediante critério de máximo pagamento pelo UBP. A repactuação será efetivada por meio de redução percentual do saldo de UBP e pagamento do saldo devedor em parcela única.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis decorrentes da lei da antecipação do pagamento do UBP.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento		2.774	17.909
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.1	303.040	220.889
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	4.2	305.814	243.909
Total		305.814	251.918

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e *por rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDB estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% e 101,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas à taxa de 94,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Concessionárias

	Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	37	673
Energia de curto prazo	35	45
Encargos de uso da rede elétrica	112	98
	884	816

Os saldos são totalmente vinculados e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidos das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 28.2.5.

6 Rendas a receber

	Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Lajeado Energia	9.793	10.011
Paulista Lajeado	939	960
CEB Lajeado	2.683	2.743
	13.415	13.714

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 9).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento, pois a operação usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão. Os saldos são todos vinculados e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica de Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 23), é decorrente, substancialmente, da combinação de dois fatores: (i) redução do IPCA projetado para o exercício de 2025 em relação ao exercício anterior de 1,14 p.p.; e (ii) redução do coeficiente de ajuste do contrato de arrendamento entre os exercícios.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

Ativos compensáveis	Saldo em		Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transfêrencia	Saldo em
	Nota	31/12/2024					
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	8.229	1.180	19.431	(10.252)	(6.644)	11.944
Total Circulante		8.229	1.180	19.431	(10.252)	(6.644)	11.944
Outros tributos compensáveis							
ICMS		183	35 (218)				129
PIS e COFINS		5.645	1.490	129	(732)	(4.913)	(1.490)
IRRF sobre aplicações financeiras		6.305	7.144		(1)	(4.990)	8.458
Outros		10					10
Total Circulante		12.143	8.669	(218)	129	(733)	(4.913)
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher		12.139			(547)		(11.592)
Total Circulante		12.139			(547)		(11.592)
Outros tributos a recolher							
ICMS		89	753		(791)		51
PIS e COFINS		1.407	17.976	1	(4.809)	(11.706)	(1.490)
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		138	1.208		(1.195)		46
IRRF sobre juros s/capital próprio	7.2	7.903	9.258		(13.702)	(3.459)	—
Encargos com pessoal		438	5.108		(5.074)		46
Total Circulante		9.975	34.303	1	(25.571)	(15.165)	(1.490)
2.053							

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 Imposto de renda e contribuição social a compensar

O saldo de R\$9.916 (R\$9.229 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 4.558 refere-se a créditos de saldos negativos do IRPJ e da CSLL do ano de 2024, e R\$4.358 refere-se a créditos de saldos negativos do IRPJ e da CSLL do ano de 2025, que conforme art. 28 da Instrução Normativa nº 2055, de 06 de Dezembro de 2021, somente poderá ser utilizados/restituídos após o envio da ECF - Escrituração Contábil Fiscal para RFB - Receita Federal do Brasil, prevista para julho de 2026.

7.2 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em Adições, de R\$9.258, relativo ao IRRF sobre JSCP, deliberado no exercício em análise, foi integralmente liquidado em dezembro de 2025.

8 Tributos diferidos

	Passivo Não circulante		
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Outros Tributos diferidos		8.1	53
Imposto de renda e contribuição social		8.2	18.977
		19.030	21.982

8.1 Outros Tributos diferidos

Em decorrência das alterações introduzidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e na Lei Complementar nº 214/2025 que determinam a extinção do PIS e da COFINS e sua substituição pela CBS a partir de 1º de janeiro de 2027 (Nota 3.1), a Companhia manteve o saldo diferido de longo prazo classificado como outros tributos diferidos, preservando o tratamento contábil atualmente adotado até que a legislação defina o seu enquadramento e destinação.

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego			34	202			(168)
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas			3.018	2.891			

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo			
	Saldo em		Atualizações		Saldo em		Depósito judicial	
	Nota	31/12/2024	Constituição	Reversões	monetárias	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas		-	25		2	27	23	
Cíveis	21.1.1.1	12.085	23	(590)	(85)	997	12.430	4.053
Outros	21.1.1.2	379	86	(119)	(46)	3	303	
Total Não circulante		12.464	134	(709)	(131)	1.002	12.760	4.076
								3.554

O valor total referente às garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$6.290 em 31 de dezembro de 2025 (R\$5 em 31 de dezembro de 2024).

21.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, devido às atualizações de valores provisionados e de risco o montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$2.221 (R\$1.469 em 31 de dezembro de 2024).

Refere-se à ação de cobrança proposta pela Construtora Pedra Grande em 2004 requerendo indenização pelos prejuízos suportados pela inexecução dos Contratos firmados com a Companhia para construção e reforma de casas destinadas a reassentados, em setembro de 2024 o processo teve seu risco alterado de remoto para provável, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$2.903 (R\$3.082 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

Desapropriações

Refere-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$6.190 (R\$6.590 em 31 de dezembro de 2024), sendo a redução decorrente do encerramento de um caso e da reversão de sua provisão em favor da empresa. O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$11.071 (R\$11.124 em 31 de dezembro de 2024) e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 14.2).

21.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

21.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Passivo				Ativo			
	Saldo em		Atualizações		Saldo em		Depósito judicial	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Reversões	monetárias	31/12/2025	31/12/2024	
Cíveis	21.1.2.1	148.716	126.178					
Fiscais	21.1.2.2	10.338	9.877			100	90	
Total		159.054	136.055			100	90	

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$430 em 31 de dezembro de 2025 (R\$403 em 31 de dezembro de 2024).

21.1.2.1 Cíveis

Refere-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 21.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no valor de R\$118.467 em 31 de dezembro de 2025 (R\$100.688 em 31 de dezembro de 2024).

21.1.2.2 Fiscais

• Processo administrativo federal, no qual discute a cobrança de PIS e COFINS creditados sobre bens e serviços relativos a 2008, o valor atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$3.727 (R\$3.523 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

• Processos administrativos e judiciais, nos quais discutem a incidência dos impostos sobre os imóveis localizados em área rural e urbana, referente ao período de 2015 a 2018, de competência federal e municipal, quais sejam: ITR (Imposto Territorial Rural) e IPTU (Imposto Predial Territorial e Urbano), o valor atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$3.420 (R\$3.375 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

Não ocorreram variações na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2025 face a 31 de dezembro de 2024. Segue a composição do Capital social a qual é demonstrada abaixo:

	31/12/2025 e 31/12/2024			
	Em milhares de ações			
	Qtd. de ações "ON"	% Participação	Qtd. de ações "PNR"	% Participação
Acionistas				
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00
EDP - Energias do Brasil S.A.				
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00
Companhia Paranaense de Energia - COPEL				
Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Outros	402.202	100,00	255.560	100,00

22.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Lucro a ser destinado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido apurado no exercício		68.436	57.978
Constituição da reserva legal - 5%	22.3	(3.422)	(2.899)
		65.014	55.079

Destinação do lucro

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos intermediários - JSCP	17	47.808	40.900
Lucro do exercício a deliberar	22.3	17.206	14.179
		65.014	55.079
Dividendos por ação ON - JSCP		0,11110	0,10894
Dividendos por ação PNR - JSCP		0,01223	0,01223

22.3 Reservas

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	22.3.1	14.473	14.473
		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Legal	22.2	72.032	68.609
Retenção de lucros	22.3.2	43.560	40.230
Dividendo adicional proposto	22.3.3	17.205	14.179
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	22.3.4	12.918	12.918
		145.715	135.936
Total		160.188	150.409

22.3.1 Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

22.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A constituição no montante de R\$3.330 é decorrente da reversão dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito na nota 17.

22.3.3 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme IPCO 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. Do saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$14.179, R\$10.849 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 17) e R\$3.330 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C". Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 29 de abril de 2025.

22.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

22.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2024	Ganhos	Perdas	Provisão IR/CS	Saldo em 31/12/2025
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	942	406	(47)		1.301
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(319)			(122)	(441)
	623	406	(47)	(122)	860

23 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, elas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.
- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

	Nota	MWh		R\$	
		2025	2024	2025	2024
Suprimento de energia elétrica		34.912	34.819	11.383	10.869
Energia de curto prazo		2.952	3.856	621	396
Arrendamentos e aluguéis	6			160.984	164.568
Outras receitas operacionais				1.239	1.096
Receita operacional bruta		37.864	38.675	174.227	176.929
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita PIS/COFINS	-	-	-	(16.116)	(16.366)
				(16.116)	(16.366)
Encargos do consumidor P&D				(105)	(98)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(248)	(298)
Taxa de fiscalização				(39)	(37)
				(392)	(433)
				(16.508)	(16.799)
Receitas		37.864	38.675	157.719	160.130

24 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica tais como, compra de energia elétrica para venda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2025				2024			
	Custo do serviço		Despesas operacionais		Custo do serviço		Despesas operacionais	
	Com energia	De adminis-	Com energia	De adminis-	Com energia	De adminis-	Com energia	De adminis-
	Nota	2025	2024	2025	2024	2025	2024	Total
Energia elétrica comprada para venda	(107)			(107)	105			105
Encargos de uso da rede elétrica	1.126			1.126	988			988
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	24.1	18.513	3.759	22.272	16.792	3.441	20.233	
Material		1.205	15	1.220	1.344	91	1.435	
Serviços de terceiros	24.2	6.494	4.689	11.183	8.188	4.839	13.027	
Depreciação - Imobilizado em serviço	14.2	37.513	135	37.648	35.406	97	35.503	
Depreciação - Ativos de direito de uso	14.2	82	72	154	116		116	
Amortização	15.2	13.280	869	14.149	7.102	453	7.555	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	21.1.1			65	65		312	312
Arrendamentos e aluguéis		13	134	147		65		65
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				13	13		(123)	(123)
Outras		5	121	1.248	1.374	5	1.670	325
								2.000
Total		1.024	77.221	10.921	78 89.244	1.098	70.683	9.246
								189 81.216

• Processo Administrativo federal, que discute a homologação parcial da compensação do crédito decorrente de Saldo Negativo de IRPJ do período de 2010, o valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$3.020 (R\$2.816 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 é de R\$993 (R\$1.088 em 31 de dezembro de 2024).

21.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimo e máximo para a vigência da LO, portanto, a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

As ações referem-se ao ingresso da Licença de Operação (LO) nº 1.738/2025, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 02 de dezembro de 2025, com prazo de validade de 10 anos, contado a partir da data de emissão.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção dessas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante os exercícios foram de R\$3.628 (R\$7.777 em 31 de dezembro de 2024). A totalidade desses montantes refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já havia sido provisionado e capitalizado.

Licenças ambientais	Saldo em		Pagamentos	Transferências	Ajuste a valor	

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:
 (i) ações preferenciais classe "F": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
 (ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.
 De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" têm as seguintes vantagens:
 (i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
 (ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
 (iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

28 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
 Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
 A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

28.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
 Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
 Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua o registro contábil para liquidação.
 A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

28.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	303.040	243.909	303.040	243.909
			303.040	243.909	303.040	243.909
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	2.774	17.909	2.774	17.909
Concessionárias	5	Nível 2	894	816	894	816
Rendas a receber	6	Nível 2	13.415	13.714	13.415	13.714
			17.073	32.439	17.073	32.439
			320.113	276.348	320.113	276.348
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	16	Nível 2	4.330	3.367	4.330	3.367
Uso do bem público	1.1.1	Nível 2	57.845	65.446	63.692	68.907
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18					
Moeda nacional		Nível 2	104.032	94.484	113.360	107.933
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	3.134	2.251	3.134	2.251
Arrendamentos e alugueis		Nível 2	123	126	123	124
Licenças Ambientais	21.2	Nível 2	91.887	28.893	110.741	29.630
			261.351	194.567	295.380	212.212

28.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
 Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal é juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

28.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

28.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciais em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público, arrendamentos e alugueis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(ii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações;

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

28.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuentes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

28.2 Gestão de riscos

A gestão de riscos do Grupo EDP - Energias do Brasil segue padrões globais e metodologias amplamente reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e a Norma ABNT NBR ISO 31000 (Gestão de Riscos). A governança do tema é definida na Política de Enterprise Risk Management, aprovada pelo Conselho de Administração e disponibilizada publicamente ao mercado.

A gestão do risco e responsabilidade da Risk Business Enablement Function (RISK), junto dos Centros de Excelência (CoE) e os Business Partners (BP), garantindo a articulação e a comunicação em todo o Grupo EDP - Energias do Brasil, sobre as principais fontes de exposição e medidas de mitigação dos riscos. Além disso, agentes regionais são definidos para garantir a avaliação dos riscos no contexto de cada região.

O modelo adota o conceito das três linhas de defesa, com uma possível quarta linha externa - em casos necessários, auditorias externas e supervisão regulatória (licenças) podem complementar o modelo.

(i) Colaboradores e áreas de negócio que gerenciam riscos no dia a dia. Detém a responsabilidade sobre os riscos mapeados e reporta diretamente para a alta administração;

(ii) Formada pelas áreas de Risco e Controle, fornece orientação metodológica e supervisiona a gestão dos riscos identificados;

(iii) Representada pela Auditoria Interna, oferece avaliações independentes que reforçam a solidez do sistema de gerenciamento.

Para garantir um entendimento integrado e uma linguagem comum, a Companhia organiza sua Taxonomia dos Riscos Corporativos em cinco categorias principais: Estratégico e ESG, Negócio de Energia, Financeiro, Contraparte e Operacional.

O processo de gestão está estruturado em cinco fases principais: Estabelecimento do contexto, Identificação, Análise, Avaliação, Tratamento, Monitorização e Comunicação.

28.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui riscos de mercado associados à dívida.

28.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Resolução CVM nº 2/20, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas por meio de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco exposição	Aging cenário							
		provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)		
		Saldo da aplicação financeira - CDB	Até 1 ano	Aumento do risco em 25%	Redução do risco em 25%	Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Redução do risco em 25%
Aplicação financeira - CDB	CDI	303.040	30.333	30.333	7.460	14.874	(7.507)	(15.063)	(15.063)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	303.040	30.333	30.333	7.460	14.874	(7.507)	(15.063)	(15.063)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração. O CDI apresentou seu intervalo entre 4,17% e 22,35% a.a.

28.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Administração da Companhia sempre utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2025					31/12/2024			
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total	
Passivos financeiros									
Fornecedores	19	74	4.237				4.330	3.367	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				3.134			3.134	2.251	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas				11.906	15.552	94.229	(8.327)	113.360	107.933
Uso do bem público	715	2.143	5.716	42.924	32.196	(20.002)	63.692	68.907	
Arrendamentos e alugueis	18	18	94			(7)	123	124	
Licenças Ambientais	1.004	8.579	8.335	53.547	95.205	(55.929)	110.741	29.630	
	1.756	10.814	30.288	115.157	221.630	(84.265)	295.380	212.212	

28.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, têm provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Para fazer face a cenários de agravamento do PLD e GSF em decorrência de piora do cenário hidrológico brasileiro, a Companhia implementou algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

28.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora final EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da controladora final, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

Para garantir a efetividade dessa abordagem, a Companhia adota práticas estruturadas de gestão de riscos ambientais, incluindo:
 (i) Conformidade Legal e Licenciamento: Cumprimento rigoroso da legislação ambiental vigente, assegurando que atividades potencialmente poluidoras sejam previamente licenciadas e autorizadas pelos órgãos competentes, com implementação das medidas mitigatórias exigidas; (ii) Identificação e Monitoramento de Riscos: Mapeamento e monitoramento contínuo dos aspectos e impactos ambientais em todas as operações, utilizando indicadores e ferramentas de gestão para antecipar riscos e definir planos de ação preventivos; (iii) Gestão Proativa e Mitigação: Atuação voltada à eliminação, redução e controle antecipado de riscos ambientais, prevenindo incidentes, acidentes e passivos, além de garantir comunicação transparente sobre medidas adotadas; (iv) Planos de Contingência e Melhoria Contínua: Desenvolvimento e implementação de planos de contingência e ações corretivas, assegurando a melhoria contínua da qualidade ambiental nos locais onde o Grupo EDP - Energias do Brasil opera; (v) Governança e Especialização Técnica: Equipes especializadas em temas socioambientais, que reportam à liderança e asseguram que os tópicos mais relevantes sejam tratados pela alta direção local, regional ou do Grupo, conforme a criticidade; e (vi) Certificações e Sistemas de Gestão: Implantação de sistemas de gestão ambiental certificados pela norma ISO 14.001 nas unidades em operação de geração centralizada, transmissão e distribuição de energia, garantindo conformidade com requisitos legais e padrões internacionais.

28.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Rendas a receber

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de default. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL e Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (Ministério de Minas e Energia - MME, CCEE, ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

28.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos	113.360	107.933
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(305.814)	(261.818)
Dívida líquida	(192.454)	(153.885)
Total do Patrimônio Líquido	965.507	955.491
Total do capital	773.053	801.606
Índice de alavancagem financeira - %	-24,90%	-19,20%

29 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

29.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	2025			
		Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/ Saldo em 31/12/2025
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	17	37.581	(45.647)		51.486
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18.2	107.933	(15.419)	8.327	12.519
Arrendamentos e alugueis	13.1	124	(184)	23	160
		145.638	(61.250)	8.350	64.165
				8.350	156.903
2024					
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/ Saldo em 31/12/2024
Aumento					

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2026, às 09:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e o Comentário de Desempenho do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, manifestamo-nos, por maioria de votos dos presentes, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras, tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas - **Investco S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração do Contrato de arrendamento da Usina Hidrelétrica Lajeado ("UHE Lajeado") com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Notas 1, 1.1, 6 e 23)</p> <p>A Companhia possui um contrato de arrendamento da UHE Lajeado com demais participantes do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, CEB Lajeado S.A., e Paulista Lajeado Energia S.A.) e opera um único segmento de exploração de ativos correspondente a R\$ 161.792 mil (93% da sua receita bruta). Os efeitos desse contrato são reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IFRS 16), considerando o Coeficiente de Ajuste - CA (Nota 6) que objetiva atualizar anualmente os valores e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte. O contrato não prevê a transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União, quando do término do contrato de concessão previsto para 22 de setembro de 2035. Considerando os julgamentos envolvidos na forma de mensuração dos valores e correção monetária do contrato de arrendamento, que podem impactar o valor da receita e contas a receber, o tema foi considerado um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação da acuracidade do cálculo da receita de arrendamento preparado pela Companhia, por meio de recálculo aritmético do valor da receita de contrato de arrendamento conforme critérios definidos no contrato. Confronto dos dados utilizados na mensuração da receita de arrendamento comparando o percentual aplicado sobre o saldo do imobilizado líquido com o percentual determinado em contrato, bem como comparando o índice de correção monetária utilizado no cálculo com os dados apresentados por fontes oficiais no período abrangido pelo contrato. Adicionalmente, realizamos testes de liquidação financeira, por meio da inspeção de comprovantes de recebimento. Efetuamos análise comparativa entre o contrato do consórcio, o contrato de concessão da usina e o contrato de arrendamento, com foco na verificação da consistência das cláusulas relevantes, avaliando se o reconhecimento da receita de arrendamento está em conformidade com os termos previstos nesses instrumentos contratuais. Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Consideramos que os cálculos e os respectivos dados utilizados, bem como as divulgações relacionadas, são consistentes com as evidências obtidas no processo de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

Felipe Ha Jong Kim - Conselheiro Efetivo
João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa - Conselheiro Efetivo
Felipe Ferreira Marangoni - Conselheiro Efetivo
Allain Brasil Bertrand Júnior - Conselheiro Efetivo
Marcello Joaquim Pacheco - Conselheiro Efetivo

é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

pwc
PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
 Contadora CRC 1SP291166/O-4

